

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA EMPRESARIAL DA CAPITAL DO RIO DE JANEIRO

Processo nº 0255373-68.2016.8.19.0001

RÜCKER E LONGO ADVOGADOS, anteriormente qualificada, na condição de ADMINISTRADORA JUDICIAL, nos autos do processo de recuperação judicial em epígrafe, referente às empresas **LUNA COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E OUTRAS**, vem, respeitosamente, à presença de V.Exa., requerer a juntada do anexo relatório mensal de atividades das devedoras.

Termos em que,
pede deferimento.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2018.



Augusto Rücker
OAB/RJ 145.654

**RELATÓRIO DA ADMINISTRADORA JUDICIAL
GRUPO AZZURRA
Janeiro e Fevereiro/2018
Processo nº 0255373-68.2016.8.19.0001**

1. A ADMINISTRADORA JUDICIAL da recuperação em referência vem, respeitosamente, apresentar relatório de atividades das Recuperandas, conforme disposto no artigo 22, II, c) da Lei nº 11.101/2005.

2. Nesse sentido, aproveita a oportunidade para ressaltar que se encontra à disposição de quaisquer interessados para esclarecer eventuais dúvidas relacionadas com este documento e com qualquer questão relacionada com o procedimento de recuperação judicial das mencionadas empresas.

I. Andamento processual da recuperação judicial

3. O procedimento de recuperação judicial do Grupo Azzurra, composto pelas empresas Luna Comércio de Produtos Alimentícios EIRELI (CNPJ/MF nº 23.318.758/0001-78), DSF Comércio de Gêneros Alimentícios Ltda. (CNPJ/MF nº 09.318.565/0001-96), Asti Bufé e Serviços EIRELI – EPP (CNPJ/MF nº 14.375.162/001-19), Sole Assessoria Administrativa EIRELI – EPP (CNPJ/MF nº 10.885.595/0001-63) e Oito Comércio de Gêneros Alimentícios Sociedade Empresarial Ltda. – EPP (CNPJ/MF nº 04.303.679/0002-20), possui andamento regular.

4. O Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”) conjunto, envolvendo a dívida concursal de todas as Recuperandas, foi apresentado às fls. 739/875 de forma tempestiva, conforme certidão cartorária de fls. 916. Não obstante, ressalte-se que o PRJ foi substituído pelo documento acostado às fls. 1.934/2.179 e posteriormente retificado às fls. 2.188/2.232.

5. Nesse sentido, conforme noticiado nos presentes autos, o plano de recuperação judicial apresentado nos presentes autos restou modificado em Assembleia Geral de Credores e aprovado pela totalidade dos credores presentes naquele ato, conforme critérios previstos no artigo 45 da Lei nº 11.101/2005 (“LFRE”).

6. Intimadas a apresentarem a versão consolidada do plano de recuperação judicial modificado e aprovado em Assembleia Geral de Credores (“AGC”), bem como as certidões de regularidade fiscal, as recuperandas apresentaram petição de fls. 2.435/2.487 juntando versão consolidada do PRJ.

7. Além disso, as devedoras também informaram às fls. 2.555/2.570 que estariam aderindo aos programas de parcelamento de débitos fiscais, motivo pelo qual solicitaram prazo adicional de 30 dias para a apresentação das certidões negativas, conforme artigo 57 da LFRE

8. Posteriormente, em 23.03.2018 restou juntada nova petição pelas Recuperandas, na qual foram apresentadas certidões negativas de débitos fiscais referentes à 1ª Recuperanda (Luna Comércio de Produtos Alimentícios EIRELI) e requerida, em breve síntese, a dispensa de apresentação das certidões de regularidade fiscal das demais empresas, bem como a homologação do PRJ aprovado em AGC e a consequente concessão da recuperação judicial.

9. Desta forma, o pleito se encontra pendente de análise, aguardando manifestação do i. representante do Ministério Público e a prolação de decisão deste MM. Juízo a respeito da dispensa da apresentação das certidões negativas de débitos fiscais e a consequente concessão da recuperação judicial.

II. Acompanhamento de medidas judiciais

10. Conforme diligências realizadas por esta ADMINISTRADORA JUDICIAL, é de suma importância dar ciência a todos os interessados a respeito da existência dos procedimentos judiciais relacionados no anexo à presente manifestação (**Anexo I**) onde as empresas do Grupo Azzurra figuram no polo ativo/passivo.

11. O referido relatório de medidas judiciais será atualizado em bases mensais e apresentado nos presentes autos em conjunto com as demais informações consideradas de interesse dos credores da presente recuperação judicial.

12. Não obstante o anexo ao presente relatório contendo relevantes informações sobre essas medidas judiciais, o andamento da ação de despejo movida pelo credor Rio Design Barra Shopping Center Ltda. em face das Recuperandas merece atenção especial na medida em que possui como objeto o imóvel onde se encontra o principal estabelecimento das devedoras.

13. Conforme noticiado às fls. 1.053/1.058, a 15ª Câmara Cível do E. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro entendeu por bem dar parcial provimento ao recurso de agravo de instrumento interposto contra a decisão que deferiu a suspensão de todas as ações e execuções contra as Recuperandas, na forma do artigo 6º da Lei nº 11.101/2005, determinando a continuidade do processamento da ação de despejo autuada sob o nº 0024701-19.2016.8.19.0209

14. Após a rejeição aos embargos de declaração opostos, as Recuperandas interpuseram Recurso Especial com pedido de efeito suspensivo, o qual foi indeferido por ausência de *periculum in mora*. Aguarda-se, portanto, a prolação de decisão sobre a admissibilidade do recurso especial, a ser remetido ao E. Superior Tribunal de Justiça.

15. Atualmente, os autos da ação de despejo em questão foram remetidos à 4ª Vara Cível da Barra da Tijuca/RJ, sendo posteriormente indeferido o pedido de prova testemunhal formulado. Interposto agravo de instrumento, este permanece pendente de julgamento.

16. Ocorre que, em 06.02.2018, restou juntado naqueles autos parecer do Ministério Público (5ª Promotoria de Justiça de Massas Falidas) opinando pela suspensão do feito até o julgamento da ação declaratória/indenizatória autuada sob o nº 0023991-96.2016.8.19.0209.

17. Isso porque, segundo o i. representante do Ministério Público, não se poderia decretar o despejo da Ré (ora Recuperanda) enquanto a validade de cláusula contratual estiver sendo discutida, mormente quando estão sendo consignadas as parcelas devidas.

18. Sequencialmente, restou proferida decisão de 22.03.2018 suspendendo o processamento do feito até o julgamento da mencionada ação declaratória/indenizatória, na qual as Recuperandas vêm consignando os alugueres que são objeto do contrato locatício que motiva a ação de despejo.

19. Assim, o processamento da ação de despejo ora em comento encontra-se suspenso.

III. Impugnações/Habilitações de crédito

20. Até o presente momento, esta ADMINISTRADORA JUDICIAL foi intimada a se manifestar nos procedimentos de impugnação de crédito relacionados na anexa planilha (**Anexo II**), a qual será atualizada na medida em que novas informações forem recebidas.

21. Não obstante as intimações recebidas, a ADMINISTRADORA JUDICIAL reitera pedido realizado anteriormente no sentido de que a Serventia da 6ª Vara Empresarial da Cidade do Rio de Janeiro certifique sobre a existência de feitos satélite, intimando a ADMINISTRADORA JUDICIAL para que tome conhecimento do andamento dos referidos feitos.

IV. Atividade do Grupo Azzurra

22. O Grupo Azzurra, como já exposto no presente relatório, é composto por cinco distintas sociedades, cada uma com um papel específico para o exercício da atividade fim do grupo, como se demonstra abaixo:

(i) Luna Comércio de Produtos Alimentícios EIRELI: concentra toda a atividade fim do Restaurante Azzurra, principal estabelecimento do Grupo Azzurra, operando o estabelecimento comercial no fornecimento de refeições ao público em geral. Dentro do Grupo Azzurra, esta sociedade contrata serviços de fornecimento de mão de obra da sociedade Asti Bufê e Serviços EIRELI EPP, assumindo ainda pagamentos de obrigações de outras sociedades do Grupo.

(ii) DSF Comércio de Gêneros Alimentícios Ltda.: concentra toda a atividade fim do restaurante Mix Delícia, segundo estabelecimento do Grupo Azzurra. Possui estrutura própria e certa independência financeira, ainda que eventualmente outras sociedades do Grupo Azzurra assumam suas despesas correntes.

(iii) Asti Bufê e Serviços EIRELI EPP: se dedica a fornecer mão de obra para a sociedade Luna Comércio de Produtos Alimentícios EIRELI EPP, como exposto acima, além de prestar serviços de eventos externos de forma eventual, também fornecendo mão de obra.

(iv) Sole Assessoria Administrativa EIRELI EPP: sociedade sem atividade operacional cujo objetivo do Grupo Azzurra é a sua dissolução após a quitação de duas dívidas. Historicamente, esta sociedade desempenhava as funções do Grupo Azzurra que hoje são desenvolvidas pela Luna Comércio de Produtos Alimentícios EIRELI EPP, a qual assume suas eventuais obrigações.

(v) Oito Comércio de Gêneros Alimentícios Sociedade Empresarial Ltda. EPP: sociedade sem atividade operacional cujo objetivo do Grupo Azzurra é a sua dissolução após a quitação de duas dívidas. Historicamente, esta sociedade desempenhava as funções do Grupo Azzurra que hoje são desenvolvidas pela Asti Bufê e Serviços EIRELI EPP.

23. Desta forma, a ADMINISTRADORA JUDICIAL informa que serão analisadas neste relatório as informações contábeis das sociedades que possuam receita operacional e que as demais sociedades serão fiscalizadas mensalmente para verificar a evolução de endividamento e/ou a existência de receitas operacionais ou financeiras.

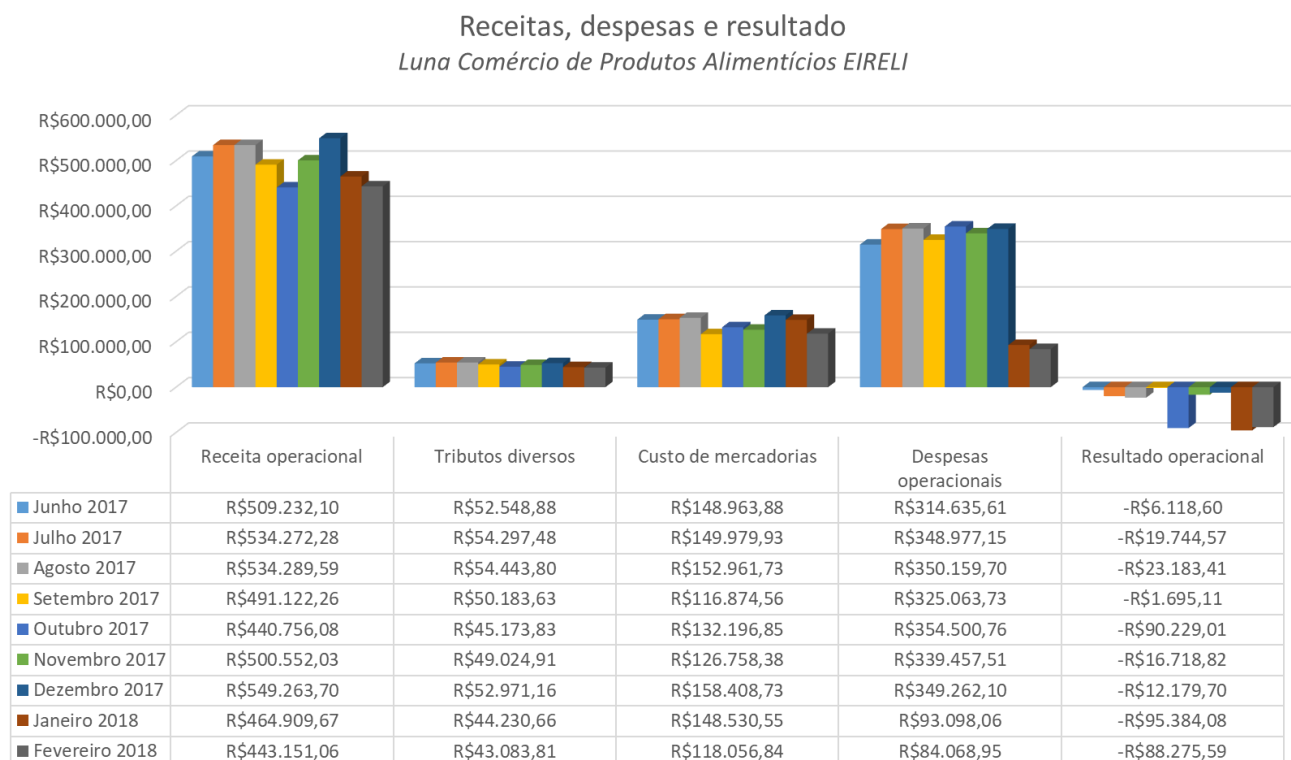
V. Informações financeiras do Grupo Azzurra

24. De acordo com as informações contábeis apresentadas pelas empresas em recuperação judicial, em especial os balancetes dos meses de janeiro e fevereiro de 2018 (**Anexo III**) e os demonstrativos de resultados (**Anexo IV**), verifica-se o seguinte:

V.a) Luna Comércio de Produtos Alimentícios Eireli

V.a.1) Receitas e despesas

25. De acordo com as informações disponibilizadas à ADMINISTRADORA JUDICIAL, verifica-se que a evolução das principais receitas e despesas da sociedade Luna Comércio de Produtos Alimentícios EIRELI, bem como dos resultados operacionais líquidos dos últimos meses, foi a seguinte:



26. As principais despesas administrativas suportadas pela sociedade no período analisado foram (i) locação de imóveis; (ii) condomínio; (iii) energia elétrica, água e esgoto, além de IPTU; e (iv) serviços prestados por terceiros. Essas despesas, em conjunto, significam aproximadamente 80% de todas as despesas administrativas da sociedade devedora.

27. Ressalte-se, por fim, que determinadas despesas operacionais e não operacionais, como tributos e despesas financeiras, deixaram de ser indicadas no gráfico acima por conta de seu baixo valor, mas foram consideradas para fins de obtenção do resultado líquido da sociedade no período em análise.

V.a.2) Disponibilidades (banco, caixa e similares) e ativos circulante e não circulante

28. A referida sociedade devedora não possui disponibilidades relevantes uma vez que a totalidade das receitas obtidas no período foram revertidas para o pagamento de

fornecedores de produtos em estágio primário, como alimentos e bebidas, bem como para fazer frente às despesas administrativas e de pessoal, conforme indicado acima.

29. Com relação aos ativos não circulante e permanente da sociedade, verifica-se que os principais registros contábeis são os seguintes:

Ativos – Luna Comércio de Produtos Alimentícios EIRELI							
<i>Registro contábil / Período</i>	<i>08.2017</i>	<i>09.2017</i>	<i>10.2017</i>	<i>11.2017</i>	<i>12.2017</i>	<i>01.2018</i>	<i>02.2018</i>
<i>Créditos – Empresas do Grupo</i>	R\$856.242,63	R\$888.485,36	R\$937.332,87	R\$954.082,10	R\$978.541,41	R\$988.834,70	R\$1.006.078,21
<i>Assunção de dívidas do Grupo</i>	R\$4.819.604,94	R\$4.819.604,94	R\$4.819.604,94	R\$4.819.604,94	R\$4.819.604,94	R\$4.819.604,94	R\$4.819.604,94
<i>Depósitos judiciais</i>	R\$968.229,28	R\$1.054.229,28	R\$1.140.229,28	R\$1.226.229,28	R\$1.312.229,28	R\$1.398.229,28	1.484.229,28
<i>Intangíveis</i>	R\$4.161.267,00	R\$4.161.267,00	R\$4.161.267,00	R\$4.161.267,00	R\$4.161.267,00	R\$4.161.267,00	4.161.267,00

30. Deve-se ter presente os seguintes pontos:

(i) a sociedade assumiu obrigações de outras empresas do Grupo Azzurra, realizando o pagamento dessas despesas, o que gerou o registro contábil de ativo cuja denominação atual é a de “Operações vinculadas – partes relacionadas”, antes descrita [equivocadamente] como “Bancos – conta vinculada”;

(ii) a devedora assumiu dívidas da sociedade Sole Assessoria Administrativa EIRELI EPP mantendo, contudo, os valores pagos em seus registros de ativos como “Assunção de dívidas do grupo”; e

(iii) foram mantidos em seu ativo valores depositados judicialmente para o pagamento de alugueres e encargos do principal estabelecimento da sociedade devedora, valores estes que deverão ser revertidos em sua integralidade ao locador do mencionado estabelecimento comercial.

31. Desta forma, deve-se ressaltar que os valores contabilizados a título de crédito de empresas do grupo, assunção de dívidas do grupo e depósitos judiciais não são passíveis de reversão aos credores, uma vez que não há expectativa de recebimento desses valores pela sua própria natureza, como exposto acima.

32. Por último, frise-se que há registro de “Ativo contingente” no valor de R\$3.763.358,45 relacionado com a expectativa de recebimento de alugueis pagos a maior à credora Rio Design Barra Shopping Center durante o período de 5 anos, conforme medida judicial constante na relação em anexo.

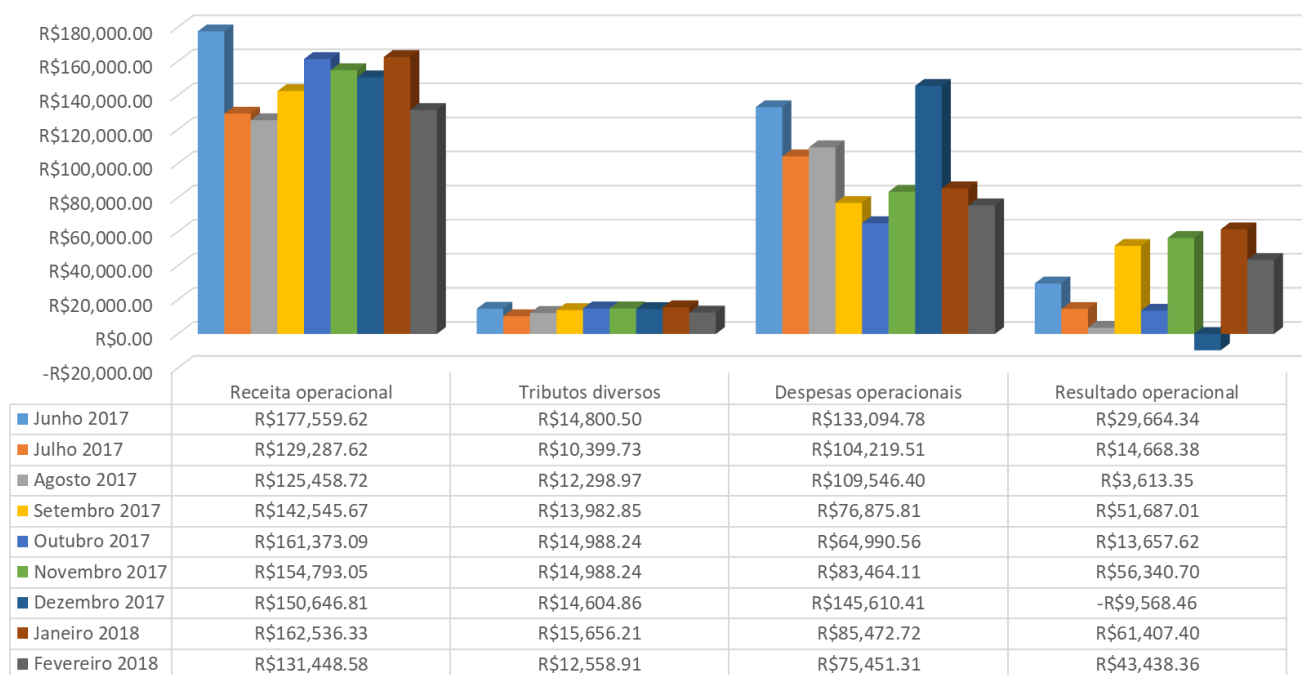
33. Apesar de contabilizado como ativo contingente, esta ADMINISTRADORA JUDICIAL já se posicionou em outros feitos recuperacionais no sentido de não reconhecer como ativo os valores a receber de ações judiciais, à exceção daqueles montantes relacionados com medidas judiciais em vias de execução.

V.b) DSF Comércio de Gêneros Alimentícios Ltda. EPP

V.b.1) Receitas e despesas

34. De acordo com as informações disponibilizadas à ADMINISTRADORA JUDICIAL, verifica-se que a evolução das principais receitas e despesas da sociedade DSF Comércio de Gêneros Alimentícios Ltda. EPP, bem como do seu resultado operacional líquido, foi a seguinte:

Receitas, despesas e resultado
DSF Comércio de Gêneros Alimentícios Ltda. EPP



35. As principais despesas administrativas suportadas pela sociedade no período analisado foram (i) pró-labore, salários e ordenados, comissões e outros pagamentos relacionados com a contratação de mão-de-obra; e (ii) outras despesas correntes, sejam elas administrativas (de escritório) ou operacionais (gás).

36. Ressalte-se, por fim, que determinadas despesas operacionais e não operacionais, como tributos e despesas financeiras, deixaram de ser indicadas no gráfico acima por conta de seu baixo valor, mas foram consideradas para fins de obtenção do resultado líquido da sociedade no período em análise.

V.b.2) Disponibilidades (banco, caixa e similares) e ativos circulante e não circulante

37. A referida sociedade devedora não possui disponibilidades relevantes uma vez que a totalidade das receitas obtidas no período foram revertidas para o pagamento de despesas correntes, bem como para fazer frente às despesas administrativas e de pessoal, conforme indicado acima.

38. Com relação aos ativos não circulante e permanente da sociedade, verifica-se que os principais registros contábeis são os seguintes:

Ativos – DSF Comércio de Gêneros Alimentícios Ltda. EPP							
Registro contábil / Período	08.2017	09.2017	10.2017	11.2017	12.2017	01.2018	02.2018
Duplicatas a receber	R\$399.662,63	R\$414.937,97	R\$427.249,49	R\$460.794,35	R\$496.297,19	R\$534.546,76	R\$562.172,52
Juros a apropriar	R\$614.223,29	R\$683.892,00	R\$683.892,00	R\$683.892,00	R\$683.892,00	R\$707.789,66	R\$713.658,67
Estoque	R\$414.433,48	R\$468.515,51	R\$520.884,03	R\$568.072,29	R\$612.615,48	R\$64.268,83	R\$107.078,46
Bancos – Empresas do grupo	R\$292.959,62	R\$287.543,57	R\$287.543,57	R\$287.543,57	R\$287.543,57	R\$287.543,57	R\$287.543,57
Imobilizados - Diversos	R\$118.082,96	R\$118.009,16	R\$117.935,36	R\$117.861,56	R\$117.199,98	R\$117.126,18	R\$117.052,38

39. Algumas considerações devem ser feitas quando da análise da contabilidade da mencionada devedora, dentre elas:

(i) por uma questão contábil não conhecida, a conta denominada “Duplicatas a receber” possui saldo equivocado na medida em que, no passado, os recebíveis de cartões de crédito deixaram de ser baixados quando do seu efetivo recebimento, fazendo-se necessário desconsiderar esses valores;

(ii) os juros a apropriar fazem parte da sistemática de registro contábil do pagamento de juros bancários e não significam, em nenhum caso, ativo passível de reversão aos credores;

(iii) a conta de estoque possuía em 12.2017 saldo acumulado do exercício e, quando do seu encerramento, os valores foram ajustados de forma a refletir o verdadeiro estoque da sociedade, transitando pela conta de resultados da sociedade; e

(iv) a devedora assumiu obrigações de outras empresas do Grupo Azzurra, realizando o pagamento dessas despesas, o que gerou o registro contábil de ativo cuja denominação atual é a de "Operações relacionadas – partes relacionadas", antes descrita [equivocadamente] como "Bancos – conta vinculada".

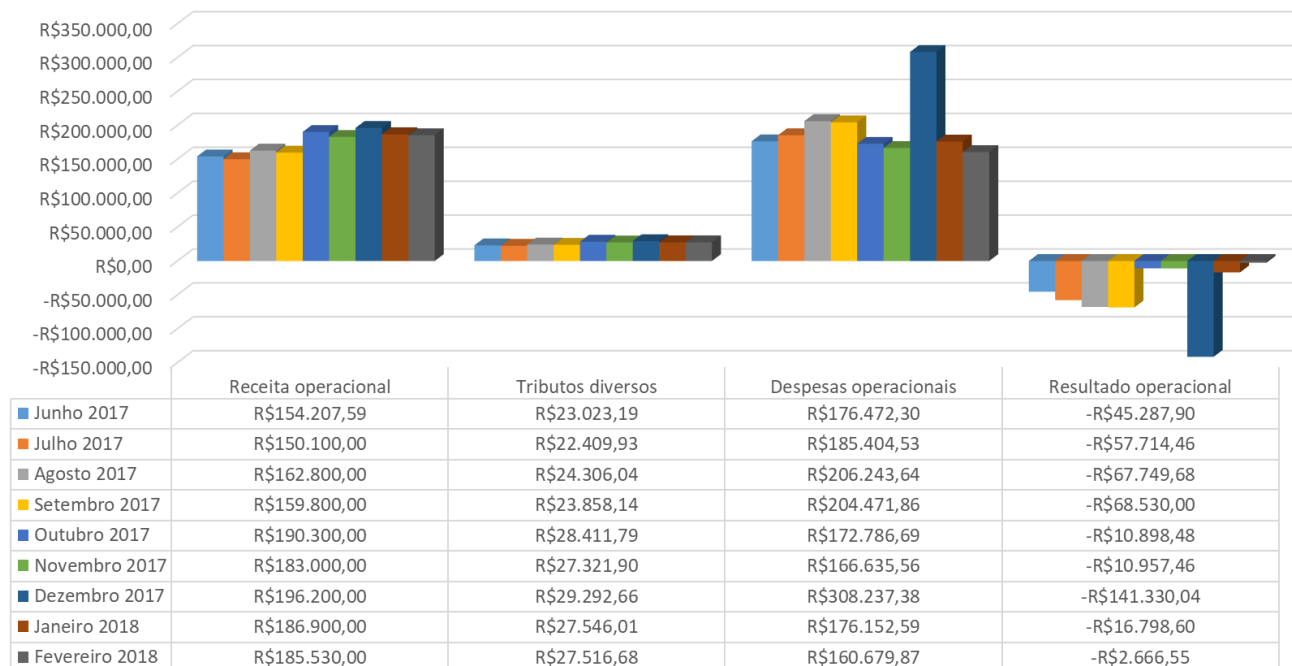
40. Verifica-se, portanto, que não há ativos passíveis de reversão aos credores, exceto o ativo imobilizado, composto de mesas, cadeiras, talheres, etc., sem qualquer valor relevante se comparados ao passivo concursal.

V.c) Asti Bufê e Serviços Eireli EPP

V.c.1) Receitas e despesas

41. De acordo com as informações disponibilizadas à ADMINISTRADORA JUDICIAL, verifica-se que a evolução das principais receitas e despesas da sociedade Asti Bufê e Serviços EIRELI EPP, bem como do seu resultado operacional líquido, foi a seguinte:

Receitas, despesas e resultado
Asti Bufê e Serviços EIRELI EPP



42. As principais despesas suportadas pela sociedade no período analisado se relacionam com o pagamento de pró-labore, salários e ordenados (incluindo encargos), comissões e outros pagamentos vinculados à contratação de mão-de-obra. Deve-se atentar para o fato de que a principal atividade da referida sociedade é a cessão de mão-de-obra a terceiros.

43. Ressalte-se, por fim, que determinadas despesas operacionais e não operacionais, como tributos e despesas financeiras, deixaram de ser indicadas no gráfico acima por conta de seu baixo valor, mas foram consideradas para fins de obtenção do resultado líquido da sociedade no período em análise.

V.c.2) Disponibilidades (banco, caixa e similares) e ativos circulante e não circulante

44. A referida sociedade devedora não possui disponibilidades relevantes uma vez que a totalidade das receitas obtidas no período foram revertidas para o pagamento parcial das despesas do período.

45. Com relação aos ativos não circulante e permanente da sociedade, verifica-se que os principais registros contábeis são os seguintes:

Ativos – Asti Bufê e Serviços EIRELI EPP							
<i>Registro contábil / Período</i>	<i>08.2017</i>	<i>09.2017</i>	<i>10.2017</i>	<i>11.2017</i>	<i>12.2017</i>	<i>01.2018</i>	<i>02.2018</i>
<i>Duplicatas receber</i>	R\$815.865,01	R\$835.865,01	R\$843.865,01	R\$878.865,01	R\$904.865,01	R\$903.754,01	R\$950.154,01
<i>Juros a apropriar</i>	R\$197.071,92	R\$197.071,92	R\$138.831,44	R\$138.831,44	R\$138.831,44	R\$136.517,61	R\$156.774,27
<i>Créditos Empresas do grupo</i>	R\$389.973,63	R\$178.867,93	R\$178.867,93	R\$178.867,93	R\$178.867,93	R\$178.867,93	R\$178.867,93

46. Deve-se ter presente os seguintes comentários:

(i) por uma questão contábil não conhecida, a conta denominada “Duplicatas a receber” possui saldo equivocado na medida em que, no passado, os recebíveis de cartões de crédito deixaram de ser baixados quando do seu efetivo recebimento, fazendo-se necessário desconsiderar esses valores;

(ii) os juros a apropriar fazem parte da sistemática de registro contábil do pagamento de juros bancários e não significam, em nenhum caso, ativo passível de reversão aos credores; e

(iii) a devedora assumiu obrigações de outras empresas do Grupo Azzurra, realizando o pagamento dessas despesas, o que gerou o registro contábil de ativo cuja

denominação atual é a de "Operações relacionadas – partes relacionadas", antes descrita [equivocadamente] como "Bancos – conta vinculada".

47. Portanto, verifica-se que a sociedade não possui ativos passíveis de reversão aos credores.

VI. Relatório de atividades preparado pelas Recuperandas

48. Os relatórios mensais de atividades das Recuperandas correspondentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2018 (**Anexo V**), preparado pelas empresas em recuperação judicial, disponibiliza informações a respeito da atividade econômica das empresas, como já detalhado neste relatório.

ANEXOS:

I – Relatório de acompanhamento de medidas judiciais

II – Planilha de incidentes localizados pela Administradora Judicial (atualização: 26.03.2018)

III - Balancetes referentes a janeiro e fevereiro de 2018

IV – Demonstrativos de resultado referentes a janeiro e fevereiro de 2018

V – Relatórios de atividades referentes a janeiro e fevereiro de 2018